

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO
DO SUL S.A. - SANESUL

Relatório de revisão do auditor independente

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2023

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Demonstrações contábeis intermediárias
Em 30 de junho de 2023

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Balanços patrimoniais intermediários

Demonstrações do resultado intermediárias

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias

Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias

Demonstrações dos valores adicionados intermediárias

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Administradores e Conselheiros da
Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL
Campo Grande - MS

Revisamos o balanço patrimonial da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL ("Companhia") em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é de emitir um relatório sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

A Administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é de expressar uma conclusão sobre estas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2023 não estão apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração dos Valores Adicionados (DVA)

Revisamos também as demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2023, preparadas sob a responsabilidade da Administração. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, com as informações contábeis intermediárias.



Valores comparativos correspondentes

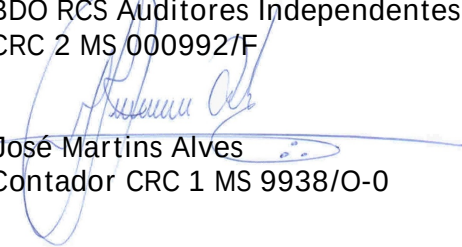
As demonstrações contábeis originalmente apresentadas, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A – SANESUL S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 28 de fevereiro de 2023, sem ressalva.

As informações contábeis intermediárias do período findo em 30 de junho de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram revisadas por outros auditores, que emitiram relatório de revisão datado em 15 de agosto de 2022, não contendo ressalva.

Campo Grande, 10 de novembro de 2023.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MS 000992/F



José Martins Alves
Contador CRC 1 MS 9938/O-0

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Balanços patrimoniais intermediários

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	30/06/2023	31/12/2022		Nota explicativa	30/06/2023	31/12/2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.102	4.939	Fornecedores	14	64.868	59.934
Aplicações financeiras	5	106.181	116.808	Empréstimos e financiamentos	15	30.193	26.662
Contas a receber	6	104.673	111.314	Obrigações trabalhistas	16	32.077	28.234
Estoques	7	31.204	32.063	Obrigações tributárias	17	11.968	6.742
Impostos a recuperar	8	17.598	10.049	Outras contas a pagar	18	51.738	3.946
Outras contas a receber		2.825	2.067			190.844	125.518
		272.583	277.240				
Não circulante				Não circulante			
Depósitos em garantia	9	8.699	7.671	Empréstimos e financiamentos	15	355.912	318.503
Depósitos judiciais		1.104	1.113	Contingências	19	36.848	48.650
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	23.663	25.763	Outras contas a pagar	18	9.337	-
Ativo financeiro	11	129.209	116.414			402.097	367.153
		162.675	150.961				
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Intangível	12	74.138	72.178	Capital Social	20.a	816.609	816.609
	13	1.133.831	1.069.255	Reserva de lucros	20.b	233.677	260.354
		1.207.969	1.141.433			1.050.286	1.076.963
Total do ativo		1.643.227	1.569.634	Total do passivo e patrimônio líquido		1.643.227	1.569.634

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstrações do resultado intermediárias

Em 30 de junho de 2023 e 30 de junho de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	30/06/2023	30/06/2022
Receita operacional líquida	21	340.407	321.420
Custo de operação e manutenção	22	(231.038)	(200.090)
Lucro bruto		109.369	121.330
Despesas e receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(70.706)	(84.202)
Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas	24	(14.067)	4.292
		(84.773)	(79.910)
Resultado financeiro líquido	25	(3.646)	1.615
Resultado antes dos impostos		20.950	43.035
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente	10	(6.471)	(18.117)
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferido	10	(2.100)	6.287
		(8.571)	(11.830)
Lucro líquido do período		12.379	31.205
Lucro por ação (em R\$)		0,04	0,11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstrações do resultado abrangente intermediárias

Trimestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2023	30/06/2022
Lucro líquido do período	12.379	31.205
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do período	12.379	31.205
Total do resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas	12.379	31.205
	12.379	31.205

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido intermediárias

Trimestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	AFAC	Patrimônio líquido
		Incentivo	Legal	Para investimento			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	709.745	7.457	48.787	182.768	-	40.334	989.091
Aumento de capital	40.334	-	-	-	-	-	40.334
Lucro líquido do período	-	-	-	-	31.205	-	31.205
Destinações:							
Adiantamento p/futuro aumento de capital-AFAC	-	-	-	-	-	(40.334)	(40.334)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(31.658)	-	(31.658)
Saldos em 30 de junho de 2022	750.079	7.457	48.787	182.768	(453)	-	988.638
Saldos em 1º de janeiro de 2023	816.609	10.596	53.180	196.578	-	-	1.076.963
Lucro líquido do período	-	-	-	-	12.379	-	12.379
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(39.056)	-	-	-	(39.056)
Saldos em 30 de junho de 2023	816.609	10.596	14.124	196.578	12.379	-	1.050.286

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstrações dos fluxos de caixa intermediárias Trimestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2023	30/06/2022
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	12.379	31.205
Ajustes para:		
Amortizações do intangível	19.017	16.600
Depreciações	3.452	2.264
Provisão para perdas esperadas	8.082	6.080
Custo na alienação do intangível	710	35
Custo na alienação do imobilizado	225	1
Provisão para contingências	(11.802)	10.410
Impostos diferidos IR/CSLL	2.100	(6.287)
Encargos financeiros sobre financiamentos de obras	15.278	11.387
	<u>49.441</u>	<u>71.695</u>
 Variação dos ativos operacionais		
Contas a receber	(1.441)	6.225
Estoques	859	(7.035)
Impostos e contribuições a recuperar	(7.549)	(16.821)
Depósitos judiciais	9	61
Outros créditos	(758)	1.485
	<u>(8.880)</u>	<u>(16.085)</u>
 Variação dos passivos operacionais		
Fornecedores	4.934	8.400
Obrigações trabalhistas	3.843	2.214
Impostos e contribuições	5.226	15.066
Parcelamentos tributos e contribuições sociais	-	(170)
Outras contas a pagar	18.072	116
Pagamentos de juros sobre financiamentos para obras	(14.989)	(11.050)
	<u>17.086</u>	<u>14.576</u>
 Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>57.647</u>	<u>70.186</u>
 Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	9.599	(20.811)
Intangível	(84.303)	(89.330)
Ativo financeiro	(12.795)	-
Imobilizado	(5.637)	(5.124)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos	<u>(93.136)</u>	<u>(115.265)</u>
 Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos		
Financiamentos obtidos para obras	47.496	51.102
Amortizações de financiamentos para obras	(6.844)	(7.290)
Fluxo de caixa decorrente das atividades de financiamentos	<u>40.652</u>	<u>43.812</u>
 Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalente de caixa	<u>5.163</u>	<u>(1.267)</u>
 Caixa e equivalente no início do exercício	4.939	7.625
Caixa e equivalente no final do exercício	10.102	6.358
 Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalente de caixa	<u>5.163</u>	<u>(1.267)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - SANESUL

Demonstrações dos valores adicionados intermediárias
Trimestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2023	30/06/2022
Receitas		
Receitas operacionais	375.482	354.755
Provisão para perdas de créditos esperadas	(8.082)	(6.080)
Outras receitas	(14.067)	4.512
	<u>353.333</u>	<u>353.187</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Produtos químicos consumidos	(7.850)	(5.274)
Outros materiais consumidos	(22.148)	(21.162)
Energia elétrica	(40.343)	(42.535)
Serviços de terceiros contratados	(113.115)	(89.179)
Outras despesas operacionais	1.430	(19.950)
	<u>(182.026)</u>	<u>(178.100)</u>
Valor adicionado bruto	<u>171.307</u>	<u>175.087</u>
Depreciações e amortizações		
Amortizações do intangível	(19.014)	(16.600)
Depreciações	(3.454)	(2.264)
	<u>(22.468)</u>	<u>(18.864)</u>
Valor adicionado líquido	<u>148.839</u>	<u>156.223</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	10.107	11.081
Valor adicionado total a distribuir	<u>158.946</u>	<u>167.304</u>
Distribuição do valor adicionado		
Empregados e administradores		
Salários e encargos sociais	75.996	71.691
Honorários da diretoria e conselhos	1.281	1.063
Programa de participação nos resultados	165	-
	<u>77.442</u>	<u>72.754</u>
Governos		
Tributos federais	48.120	55.561
Tributos federais diferidos	2.100	(6.287)
	<u>50.220</u>	<u>49.274</u>
Financiadores		
Aluguéis	5.372	4.385
Encargos financeiros	13.533	9.686
	<u>18.905</u>	<u>14.071</u>
Acionistas		
Juros sobre capital próprio	39.056	31.658
	<u>39.056</u>	<u>31.658</u>
Lucros retidos do período	12.379	31.205
Juros sobre capital próprio do período	39.056	31.658
Valor total	<u><u>158.946</u></u>	<u><u>167.304</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL, localizada à rua Doutor Zerbini, número 421, Bairro Chácara Cachoeira, Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Companhia criada pelo Decreto Estadual nº 71, de 26 de janeiro de 1979, é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Estado de Mato Grosso do Sul e por ela supervisionada, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, com capital subscrito pelo Estado. É regida pela legislação federal e estadual, que disciplinam as atividades relacionadas ao saneamento básico, pela legislação aplicável às Sociedades por Ações e por seu Estatuto.

Tem por objeto social a exploração dos serviços públicos e sistemas privados de abastecimento de água, coleta, remoção e destinação final de efluentes e resíduos sólidos domésticos e industriais e seus subprodutos; de drenagem e manejo das águas pluviais urbanas; serviços relacionados à proteção do meio ambiente e aos recursos hídricos; serviços relativos à saúde da população, prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e certificação nessas áreas de atuação, bem como outros serviços de interesse para a Companhia e para o Estado de Mato Grosso do Sul, dentro e fora de seus limites territoriais. Atualmente as operações da Companhia são representadas por 68 concessões, representadas pelos seguintes:

Municípios	Data assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Água Clara	10 fevereiro, 2020	10 fevereiro, 2050	30	26,6
Alcinópolis	21 março, 2011	21 março, 2041	30	17,7
Amambai	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	15,4
Anastacio	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	15,3
Anaurilândia	22 maio, 2019	22 maio, 2049	30	25,8
Angélica	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	15,4
Antônio João	3 agosto, 2011	3 agosto, 2041	30	18,1
Aparecida do Taboado (a)	5 julho, 2000	5 julho, 2020	20	Vencido
Aquidauana	15 agosto, 2011	15 agosto, 2041	30	18,1
Aral Moreira	23 março, 2010	23 março, 2040	30	16,7
Bataguassu	9 setembro, 2011	9 setembro, 2041	30	18,2
Bataiporã	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	15,4
Bodoquena	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	15,4
Bonito	29 março, 2016	29 março, 2046	30	22,7
Brasilândia	21 dezembro, 2015	21 dezembro, 2045	30	22,4
Caarapó	16 maio, 2019	16 maio, 2049	30	25,8
Camapuã	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	15,3
Caracol	13 setembro, 2011	13 setembro, 2041	30	18,2
Chapadão do Sul	10 agosto, 2010	10 agosto, 2040	30	17,1
Coronel Sapucaia	15 dezembro, 2009	15 dezembro, 2039	30	16,4
Corumbá	23 maio, 2019	23 maio, 2049	30	25,8
Coxim	18 março, 2004	18 março, 2024	20	0,7
Deodopolis	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	18,4
Dois Irmãos do Buriti	16 maio, 2019	16 maio, 2049	30	25,8
Douradina	15 maio, 2019	15 maio, 2049	30	25,8
Dourados	9 setembro, 2019	9 setembro, 2049	30	26,2
Eldorado	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	18,4
Fátima do Sul	16 outubro, 2019	16 outubro, 2049	30	26,3
Figueirão	20 maio, 2019	20 maio, 2049	30	25,8

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2023
 (Valores expressos em milhares de Reais)

Municípios	Data assinatura do contrato	Cronograma de vencimento	Prazo da concessão	Prazo da concessão restante (anos)
Guia Lopes da Laguna	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	15,4
Iguatemi	16 maio, 2019	16 maio, 2049	30	25,8
Inocência	1 outubro, 2009	1 outubro, 2039	30	16,3
Itaporã	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	15,4
Itaquiraí	5 agosto, 2019	5 agosto, 2049	30	26,1
Ivinhema	4 agosto, 2011	4 agosto, 2041	30	18,1
Japorã	10 julho, 2019	10 julho, 2049	30	26,0
Jardim	24 setembro, 2009	24 setembro, 2039	30	16,2
Jatei	18 dezembro, 2008	18 dezembro, 2038	30	15,4
Juti	26 junho, 2019	26 junho, 2049	30	25,9
Ladário	21 dezembro, 2016	21 dezembro, 2046	30	23,4
Laguna Caarapã	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	16,4
Maracaju	10 junho, 2011	10 junho, 2041	30	17,9
Miranda	23 setembro, 2014	23 setembro, 2044	30	21,2
Mundo Novo	29 dezembro, 2010	29 dezembro, 2040	30	17,4
Naviraí	21 dezembro, 2016	21 dezembro, 2046	30	23,4
Nioaque	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	15,3
Nova Alvorada do Sul	7 julho, 2020	7 julho, 2050	30	27,0
Nova Andradina	27 abril, 2011	27 abril, 2041	30	17,8
Novo Horizonte do Sul	17 julho, 2019	17 julho, 2049	30	26,0
Paranaíba	5 dezembro, 2008	5 dezembro, 2038	30	15,4
Paranhos	8 março, 2012	8 março, 2042	30	18,7
Pedro Gomes	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	16,4
Ponta Porã	2 abril, 2012	2 abril, 2042	30	18,8
Porto Murtinho	30 maio, 2011	30 maio, 2041	30	17,9
Ribas do Rio Pardo	15 dezembro, 2011	15 dezembro, 2041	30	18,4
Rio Brilhante	29 dezembro, 2009	29 dezembro, 2039	30	16,4
Rio Negro	12 setembro, 2008	12 setembro, 2038	30	15,2
Rio Verde	11 março, 2010	11 março, 2040	30	16,7
Santa Rita do Pardo	25 junho, 2019	25 junho, 2049	30	25,9
Selviria	4 junho, 2013	4 junho, 2043	30	19,9
Sete Quedas	10 julho, 2019	10 julho, 2049	30	26,0
Sidrolândia	15 dezembro, 2009	15 dezembro, 2039	30	16,4
Sonora	11 julho, 2019	11 julho, 2049	30	26,0
Tacuru	29 maio, 2012	29 maio, 2042	30	18,8
Taquarussu	15 outubro, 2019	15 outubro, 2049	30	26,3
Terenos	4 novembro, 2008	4 novembro, 2038	30	15,3
Três Lagoas	11 fevereiro, 2011	11 fevereiro, 2041	30	17,6
Vicentina	31 julho, 2019	31 julho, 2049	30	26,1

a) Aparecida do Taboado

O Convênio de Concessão de Gestão Compartilhada celebrado em 05 de julho de 2000, com o município de Aparecida do Taboado venceu em 05 de julho de 2020, e não houve nova contratação em virtude da Câmara Municipal rejeitar o Projeto de Lei Municipal nº 16/2020, datado de 10 de junho de 2020, de autoria do Executivo, que solicitava autorização para firmar Gestão Associada com o Governo do Estado e consequente celebração de novo contrato, seguindo o que possibilitava a Lei Federal nº 11.445/2007 à época.

Em 15 de julho de 2020 foi sancionada a Lei Federal nº 14.026/2020 que atualiza o Marco Legal do Saneamento (Inclusive a Lei Federal nº 11.445/2007), extinguiu, a possibilidade de contratação por dispensa de licitação por meio da Gestão Associada. A partir dessa data não há como o Município delegar os serviços a terceiros sem a obrigatoriedade de licitação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Com o advento do Decreto Federal nº 10.710 de 31 de maio de 2021, o artigo 18, inciso V, prevê que a conclusão pela comprovação da capacidade econômico-financeira do prestador de serviços perderá automaticamente seus efeitos se não for comprovado, até 31 de dezembro de 2023, o encerramento da prestação de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário com base em relações precárias, sob pena de todos os contratos operados pela Companhia serem considerados irregulares.

Dessa forma, se não houver decisão por parte do Município de tomar para si, ou delegar a outrem a gestão dos serviços, a Companhia deverá revertê-lo, ao Município, até 31 de dezembro do próximo ano.

Nesta mesma situação também está o contrato com o município de Coxim, que mesmo tendo encerramento previsto para março de 2024, por estar com instrumento considerado precário deve ser adotada a mesma medida.

O Decreto Federal nº 10.710/2021, regulamentou o art. 10-B da Lei Federal nº 11.445/2007, estabeleceu a metodologia para a comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços públicos de abastecimento de água potável ou de esgotamento sanitário, considerados os contratos regulares (Contratos de Programa) em vigor, com vistas a viabilizar o cumprimento das metas de universalização previstas no caput do art. 11-B da Lei Federal 11.445/2007, que determinou o atendimento de 99% da população com abastecimento de água potável e de 90% da população com a coleta e tratamento de esgoto sanitário até dezembro de 2033. O prazo para cumprimento dessa comprovação, junto a AGEMS – Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul, por parte da Companhia era de até 31 de dezembro de 2021, prazo este que foi cumprido com comprovação da sua capacidade econômico-financeira, com alcance da universalização dos serviços dentro do prazo estipulado. Este mesmo estudo foi protocolado junto a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA em 27 de dezembro de 2021, conforme determinou o Decreto.

Além da inclusão do fator concorrencial, podemos dizer que outros principais pilares introduzidos pelo Novo Marco Legal foram:

- A instituição de metas para universalização do saneamento até 31 de dezembro de 2033, metas essas que com a formalização da Parceria Público Privada em 2021 serão antecipadas para 2031 onde conforme contrato a cobertura em esgotamento sanitário será de 98% nos sistemas operados pela SANESUL;
- Nacionalização da regulação – apesar de a regulação continuar sob responsabilidade das agências locais/estaduais, a competência para a ANA instituir normas de referência poderá tornar mais rígida a fiscalização dos serviços, impondo às companhias melhores estruturas para cumprimento dessas normativas;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

- Prestação regionalizada dos serviços - o Decreto Federal nº 10.588/2020 foi editado com a finalidade de regulamentar o apoio técnico e financeiro sobre alocação de recursos públicos federais, e com firme propósito de implementar a prestação regionalizada de saneamento com vistas a geração de escala e à garantia da universalização.

Em síntese os Estados devem elaborar leis definindo qual das modalidades de regionalização será adotada, e caso não haja promulgação ou, dependendo do formato escolhido, o município que não aderir ao modelo não terá acesso a recursos federais para saneamento.

Em Mato Grosso do Sul foi sancionada a Lei nº 5.989 em dezembro de 2022 instituindo duas unidades regionais de saneamento, uma com os 66 Municípios operados pela SANESUL e a outra integrada pela capital (concessão privada), pelos 10 sistemas autônomos geridos pelas prefeituras e por Aparecida do Taboado e Coxim que se encontram com instrumentos considerados precários.

Vale ressaltar que o modelo adotado por MS, nas unidades regionais de saneamento a adesão é facultativa por parte dos Municípios e sem ela eles não terão acesso a recursos federais para investimento no setor.

Parceria Publica Privada (“PPP”)

Em 05 de fevereiro de 2021 foi assinado contrato de Parceria Pública Privada (PPP) junto à empresa Ambiental MS Pantanal SPE S.A., vencedora do certame licitatório realizada em 23 de outubro de 2020, pelo prazo de 30 anos, na modalidade de concessão administrativa, para universalizar os serviços de esgotamento sanitário em até dez anos nos 68 municípios operados pela SANESUL. Em 05 de maio de 2021 foi assinado a Ordem de Serviço para início das atividades de operação e manutenção, bem como, dos investimentos necessários à universalização dos serviços. Para o período da contratação estão previstos investimentos que garantem a operação, manutenção e a universalização desses serviços, em contrapartida será atribuída uma remuneração mensal a título de contraprestação, baseados nos volumes a serem faturados de esgotos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS), as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 10 de novembro de 2023.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Nota Explicativa nº 6 - contas a receber (provisão para perdas de crédito esperadas) e reconhecimento da receita não faturada (Estimativa baseada na média de consumo);
- b) Nota Explicativa nº 10 - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos;
- c) Nota Explicativa nº 11 - ativo financeiro e ativo intangíveis vinculados a concessão - definição da taxa de desconto para ajuste a valor presente;
- d) Nota Explicativa nº 12 - imobilizado (vida útil);
- e) Nota Explicativa nº 13 - intangível (vida útil);
- f) Nota Explicativa nº 19 - contingências.

2.5. Demonstração dos resultados abrangentes

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, sendo utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

3.2. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros

a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Entidade pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Entidade estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Entidade avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou Grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Entidade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um Grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Entidade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Entidade não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Entidade tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Entidade com esse ativo.

3.1.2. Passivos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Entidade, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c) Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Empresa incorre em conexão com a captação de recursos.

d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

3.3. Estoques

Está avaliado pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

3.4. Ativo financeiro – contrato de programa

A Lei Federal nº 14.026 de 15 de julho de 2020 que atualizou o marco legal do Saneamento extinguiu a possibilidade de contratação por dispensa de licitação por meio de Gestão Associada que era prevista pela Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. A partir dessa data não há como os municípios delegar os serviços a terceiros sem a obrigatoriedade de licitação, assim a Companhia reconheceu como “Ativo Financeiro”, esses créditos junto ao poder concedente, visto que o novo marco prevê o direito incondicional de receber indenização pelos investimentos, em sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotos, realizados e que não serão amortizados até os vencimentos dos Contratos. O valor calculado passível de indenização foi trazido a valor presente com uma taxa de desconto, equivalente a Taxa de Longo Prazo – TLP vigente em junho de 2023 divulgado pelo Banco Central do Brasil. A Companhia não reconhece perda por impairment sobre eles, tendo em vista que as concessões, por meio de contrato de programa, preveem que, quando de sua extinção, os bens construídos ou adquiridos pela SANESUL reverterão ao município mediante indenização dos valores residuais dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados. Até a data do balanço não foram identificados eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Esse crédito a receber possui o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na concessão, que não serão recuperados via tarifa por meio da prestação de serviços relacionados à concessão.

Essas contas a receber são classificadas no longo prazo, considerando a expectativa de recebimento desses valores, tendo como base a data de encerramento das concessões (Nota Explicativa nº 11).

3.5. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão-de-obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado;
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Bens registrados no ativo imobilizado são os que não possuem vinculação com concessões de serviços públicos, ou seja, os bens de uso geral.

Em 2020 foi contratado empresa especializada para execução dos serviços de revisão de vida útil e valor residual dos ativos, em atendimento ao CPC 27 – Ativo Imobilizado, foi emitido laudo em 2021 sendo necessário o ajuste para a vida útil somente para veículos, de 60 meses para 120 meses de maneira prospectiva.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada para amortizar os custos de itens do ativo imobilizado utilizando o método linear baseado na vida útil dos bens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis utilizadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Edificações: 50 anos;
- Móveis e utensílio: 10 anos;
- Equipamentos: 10 anos;
- Computadores e periféricos: 05 anos;
- Equipamentos pesados: 04 anos;
- Veículos: 10 anos;
- Ferramentas: 5 anos.

3.6. Intangível

Contratos de programa

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão (Nota Explicativa nº 13).

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente amortizado ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

As obras em andamento (ativos de contrato) são classificadas no ativo Intangível. Os juros incorridos sobre empréstimos bancários utilizados para custear a construção de novas estações de água e esgoto estão sendo capitalizados como parte de seus custos.

3.7. Redução ao valor recuperável (impairment)

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o Imposto de Renda e Contribuição Social diferido, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o menor valor entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos não financeiros.

3.8. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

Os resultados das operações compreendem as receitas, custos e despesas sendo apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

Receita de serviços

As receitas de serviços decorrem do fornecimento de águas e serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário, correspondentes a última leitura até a data de encerramento do balanço. A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização.

As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são registradas como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas, de maneira que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia avaliou o conteúdo do pronunciamento do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, e não identificou impactos em relação as práticas atualmente utilizadas em suas demonstrações contábeis.

Contratos de construção

Contrato de construção é um contrato especificamente negociado para a construção de um ativo ou de uma combinação de ativos que estejam diretamente inter-relacionados ou interdependentes em função da sua concepção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final. A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A receita de construção é composta por contratos na modalidade custo mais margem (cost plus), onde a receita é reconhecida ao longo do tempo com base no método de custos incorridos. A Companhia estima que a margem é zero.

Ativo de contrato/obras em andamento

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo, como por exemplo, o seu desempenho futuro. Quando a Companhia conclui a performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, apresenta este direito como ativo de contrato. Os contratos de concessão e contratos de programa de abastecimento de água e esgotamento sanitário preveem que parte dos investimentos efetuados pelo concessionário é remunerada pelos usuários do serviço público e a outra parte é indenizada pelo Poder Concedente ao final da concessão. O ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos de empréstimos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. Após a entrada em operação dos ativos fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos então bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível.

3.9. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor presente de ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias e as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou a produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

3.10. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.11. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15 %, acrescidas do adicional de 10 % sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9 % sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro tributário anual.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende as parcelas correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar, com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e serão reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

3.12. Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme BRGAAP aplicável somente às companhias abertas.

3.13. Juros sobre capital próprio

Os juros sobre capital próprio a pagar a acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados. Conforme determina a legislação fiscal, os juros a pagar a acionistas são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2023
 (Valores expressos em milhares de Reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 27:

	30/06/2023	31/12/2022
Conta movimento	559	194
Conta arrecadação	24	960
Fundo Fixo	3	29
Conta vinculada	7.476	3.684
Valores em trânsito	2.040	72
	<u>10.102</u>	<u>4.939</u>

5. Aplicações financeiras

	30/06/2023	31/12/2022
Banco do Brasil S.A.	24.633	37.484
Caixa Econômica Federal - Aplicação	81.536	79.255
Banco Itaú S.A.	12	69
	<u>106.181</u>	<u>116.808</u>

Esses recursos serão utilizados para investimentos para os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário dos municípios e demais investimentos previstos nos contratos de programas.

6. Contas a receber

	30/06/2023	31/12/2022
Serviços de água e esgotos	148.331	151.958
Serviços incorridos e não faturados	23.590	27.291
Outros serviços	53.082	50.513
	<u>225.003</u>	<u>229.762</u>
 (-) Provisão para perdas de créditos esperadas	 (120.330)	 (118.448)
	<u>104.673</u>	<u>111.314</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2023
 (Valores expressos em milhares de Reais)

O cronograma de vencimento dos títulos está relacionado a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Valores a faturar	23.590	27.291
Valores faturados		
A vencer	57.757	60.932
Vencido de 1 a 30 dias	17.444	18.410
Vencido de 31 a 90 dias	7.028	7.099
Vencido de 91 a 120 dias	2.166	2.131
Vencidos acima de 120 dias	93.933	91.250
	178.328	179.822
Parcelamentos a vencer	23.085	22.649
(-) Provisão para perdas de créditos esperadas (a)	(120.330)	(118.448)
	104.673	111.314

(a) Provisão para perdas de créditos esperadas

A Companhia mensura sua provisão para perdas de créditos esperadas com base na estimativa de perda para os próximos 12 meses, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

7. Estoques

	30/06/2023	31/12/2022
Material de manutenção e conservação	30.706	31.632
Material de expediente	498	431
	31.204	32.063

São representados por materiais necessários à operacionalização e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotos.

8. Impostos a recuperar

	30/06/2023	31/12/2022
IRPJ antecipado	4.473	-
CSLL antecipado	1.744	-
IRPJ à recuperar	7.340	7.340
CSLL à recuperar	2.709	2.709
Outros tributos	1.332	-
	17.598	10.049

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

9. Depósito em garantia

	30/06/2023	31/12/2022
Caixa Econômica Federal SPE	8.699	7.671
	<u>8.699</u>	<u>7.671</u>

Os recursos depositados na conta garantia são destinados exclusivamente a garantir as obrigações pecuniárias da Companhia perante a SPE em razão do contrato de parceria público privada na gestão dos serviços de esgotamento sanitário, devendo ficar vinculados ao contrato, desde a sua assinatura até o final da liquidação, não podendo ser movimentados.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 27.

10. Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	30/06/2023	Reconhecidos no resultado	31/12/2022
Ativo não circulante			
Provisões para contingências	12.528	(4.013)	16.541
Provisões para perdas de créditos esperadas	19.155	654	18.501
	<u>31.683</u>	<u>(3.359)</u>	<u>35.042</u>
Passivo não circulante			
Receitas a faturar	(8.020)	1.259	(9.279)
	<u>(8.020)</u>	<u>1.259</u>	<u>(9.279)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>23.663</u>	<u>(2.100)</u>	<u>25.763</u>

As condições para reconhecimento do ativo fiscal diferido, conforme descrito no Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro. As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

Despesa de impostos – corrente

	30/06/2023		31/12/2022	
Reconciliação taxa efetiva	%	R\$	%	R\$
Resultado antes dos impostos		20.950		95.463
Juros sobre o capital próprio		39.056		66.530
		<u>(18.106)</u>		<u>28.933</u>
Impostos pela alíquota fiscal	34,00%	(6.156)	34,00%	9.837
Adições/exclusões	-69,74%	12.627	8,23%	2.381
	<u>-35,74%</u>	<u>(6.471)</u>	<u>25,77%</u>	<u>(12.218)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2023
 (Valores expressos em milhares de Reais)

11. Ativo financeiro

	<u>30/06/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Concessões indenizáveis	<u>129.209</u>	<u>116.414</u>
	<u>129.209</u>	<u>116.414</u>

Refere-se ao montante esperado de recebimento, junto ao poder concedente, pelos investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, que não serão amortizados até o final do prazo das concessões em cada município, oram trazidos a valor presente, com aplicação de uma taxa de desconto de 5,69% ao ano. Taxa equivalente à TLP - Taxa de Longo Prazo vigente em junho de 2023.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

12. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	1º/01/2023	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 30/06/2023
Custo						
Terrenos		5.176	368	-	-	5.544
Edificações		37.539	-	-	-	37.539
Móveis e utensílios		10.946	222	-	(182)	10.986
Equipamentos		11.157	1.376	485	(247)	12.771
Veículos		30.595	-	-	(702)	29.893
Equipamentos pesados		32.756	-	-	(2.840)	29.916
Computadores		8.769	54	-	(196)	8.627
Ferramentas/ferramental		341	-	-	(3)	338
Telefones		6	-	-	-	6
Obras em andamento		3.500	3.628	(496)	-	6.632
		<u>140.785</u>	<u>5.648</u>	<u>(11)</u>	<u>(4.170)</u>	<u>142.252</u>
Depreciação						
Edificações	2%	(9.427)	(388)	-	-	(9.815)
Móveis e utensílios	10%	(7.105)	(528)	-	142	(7.491)
Equipamentos	10%	(8.121)	(546)	-	191	(8.476)
Veículos	20%	(19.738)	(553)	-	596	(19.695)
Equipamentos pesados	25%	(16.118)	(1.276)	-	2.817	(14.577)
Computadores	20%	(7.758)	(161)	-	196	(7.723)
Ferramentas/ferramental	20%	(340)	-	-	3	(337)
		<u>(68.607)</u>	<u>(3.452)</u>	<u>-</u>	<u>3.945</u>	<u>(68.114)</u>
		<u>72.178</u>	<u>2.196</u>	<u>(11)</u>	<u>(225)</u>	<u>74.138</u>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Taxa anual de depreciação	1º/01/2022	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2022
Custo						
Terrenos		4.611	565	-	-	5.176
Edificações		37.451	-	89	(1)	37.539
Móveis e utensílios		10.142	805	-	(1)	10.946
Equipamentos		10.543	429	197	(12)	11.157
Veículos		30.357	3.973	-	(3.735)	30.595
Equipamentos pesados		17.411	16.518	-	(1.173)	32.756
Computadores		7.900	952	-	(83)	8.769
Ferramentas/ferramental		341	-	-	-	341
Telefones		6	-	-	-	6
Obras em andamento		685	3.052	(237)	-	3.500
		119.447	26.294	49	(5.005)	140.785
Depreciação						
Edificações	2%	(8.817)	(611)	-	1	(9.427)
Móveis e utensílios	10%	(6.290)	(816)	-	1	(7.105)
Equipamentos	10%	(7.475)	(707)	49	12	(8.121)
Veículos	20%	(22.007)	(1.447)	-	3.716	(19.738)
Equipamentos pesados	25%	(15.718)	(1.563)	-	1.163	(16.118)
Computadores	20%	(7.692)	(149)	-	83	(7.758)
Ferramentas/ferramental	20%	(340)	-	-	-	(340)
		(68.339)	(5.293)	49	4.976	(68.607)
		51.108	21.001	98	(29)	72.178

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

13. Intangível

	Saldos em 1º/01/2023	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 30/06/2023
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	758.514	14.548	35.339	(951)	807.450
Sistemas de esgotamento sanitário	474.140	13.039	62.409	(1.524)	548.064
Subvenções recebidas	(114.226)	(15.896)	-	-	(130.122)
	<u>1.118.428</u>	<u>11.691</u>	<u>97.748</u>	<u>(2.475)</u>	<u>1.225.392</u>
Amortização					
Sistemas de abastecimento de água	(293.786)	(12.591)	-	851	(305.526)
Sistemas de esgotamento sanitário	(102.521)	(6.426)	-	914	(108.033)
	<u>(396.307)</u>	<u>(19.017)</u>	<u>-</u>	<u>1.765</u>	<u>(413.559)</u>
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	174.132	13.250	(35.339)	-	152.043
Sistemas de esgotamento sanitário	289.416	72.157	(62.409)	-	299.164
Subvenções recebidas	-	-	-	-	-
	<u>463.548</u>	<u>85.407</u>	<u>(97.748)</u>	<u>-</u>	<u>451.207</u>
Ativo Financeiro	(116.414)	-	(12.795)	-	(129.209)
	<u>1.069.255</u>	<u>78.081</u>	<u>(12.795)</u>	<u>(710)</u>	<u>1.133.831</u>

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Saldos em 1º/01/2022	Adições	Transferências	Baixas	Saldos em 31/12/2022
Custo					
Sistemas de abastecimento de água	691.382	39.286	32.114	(4.268)	758.514
Sistemas de esgotamento sanitário	411.147	21.421	44.316	(2.744)	474.140
Subvenções recebidas	(85.030)	(32.334)	3.138	-	(114.226)
	<u>1.017.499</u>	<u>28.373</u>	<u>79.568</u>	<u>(7.012)</u>	<u>1.118.428</u>
Amortização					
Sistemas de abastecimento de água	(274.949)	(23.065)	-	4.228	(293.786)
Sistemas de esgotamento sanitário	(93.004)	(11.527)	(49)	2.059	(102.521)
	<u>(367.953)</u>	<u>(34.592)</u>	<u>(49)</u>	<u>6.287</u>	<u>(396.307)</u>
Obras em andamento					
Sistemas de abastecimento de água	165.951	40.273	(32.092)	-	174.132
Sistemas de esgotamento sanitário	210.547	123.256	(44.387)	-	289.416
	<u>376.498</u>	<u>163.529</u>	<u>(76.479)</u>	<u>-</u>	<u>463.548</u>
Ativo financeiro	(92.092)	-	(24.322)	-	(116.414)
	<u>933.952</u>	<u>157.310</u>	<u>(21.282)</u>	<u>(725)</u>	<u>1.069.255</u>

O ativo intangível em operação é representado por valores dos investimentos realizados em sistemas de abastecimento de água e esgotos. As taxas de amortização são definidas com base nas estimativas de vida útil dos bens.

O montante líquido de transferência é de R\$ 12.795, referente ao Ativo Financeiro (Nota Explicativa nº 11).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

14. Fornecedores

	30/06/2023	31/12/2022
Fornecedores de serviços e materiais (a)	39.180	34.823
Fornecedores de serviços e materiais a faturar	25.688	25.111
	<u>64.868</u>	<u>59.934</u>

(a) O saldo está representado por Empresas contratadas com fornecimentos de materiais, manutenção, execução de projetos e obras dos sistemas de abastecimento de água e esgotos sanitários em diversas localidades do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. Empréstimos e financiamentos

Tipo de operação	Banco	Juros (a.a.)	30/06/2023	31/12/2022
Programa saneamento p/ todos	CEF	De 6% a 6,5%	384.426	342.927
FCO	BB	2,563%	1.679	2.238
			<u>386.105</u>	<u>345.165</u>
Circulante			30.193	26.662
Não circulante			355.912	318.503

Os financiamentos com recursos da Caixa Econômica Federal destinaram-se à implantação, ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de esgotos sanitários, e estão garantidos por aval do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e por bens do ativo.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante estão assim distribuídos:

2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
28.391	26.363	25.246	25.247	250.665	355.912

Garantias

As operações de financiamentos, são garantidos pelos direitos creditórios referentes à arrecadação de receitas tarifárias.

Covenants

Não foram identificadas quebras de covenants dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes no período findo em 30 de junho de 2023.

EMPRESA DE SANEAMENTO DE MATO GROSSO DO SUL S.A. – SANESUL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias Período findo em 30 de junho de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os dados de cada contrato estão demonstrados a seguir:

Contrato	Projeto	Encargos financeiros	30/06/2023	31/12/2022	Credor	Prazo do Cto	Vencimento final
182226-41	Prog San Todos Do UPR	juros 6,5% a.a.	290	314	CAIXA	234	Jan de 2028
182227-56	Prog San Todos Co UPR	juros 6,5% a.a.	428	463	CAIXA	234	Jan de 2028
182228-60	Prog San Todos P. UPR	juros 6,5% a.a.	595	643	CAIXA	234	Fev de 2028
180167-94	Prog San Todos T. I UPR	juros 6,5% a.a.	492	530	CAIXA	234	Abr de 2028
291832-99	Prog San Todos P. UPR	juros 6% a.a.	1.907	1.981	CAIXA	240	Dez de 2029
291829-42	Prog San Todos T. I UPR	juros 6% a.a.	7.226	7.480	CAIXA	240	Dez de 2029
241693-66	Prog San Todos P. UPR	juros 6% a.a.	1.269	1.333	CAIXA	240	Fev de 2030
241695-85	Prog San Todos Co UPR	juros 6% a.a.	2.963	3.083	CAIXA	240	Fev de 2031
241664-14	Prog San Todos T. I UPR	juros 6% a.a.	5.661	5.892	CAIXA	240	Fev de 2031
292251-97	Prog San Todos Co UPR	juros 6% a.a.	12.296	12.688	CAIXA	262	Dez de 2031
376949-00	Prog San Todos Igt UPR	juros 6% a.a.	699	717	CAIXA	240	Abr de 2033
376903-66	Prog San Todos Ita UPR	juros 6% a.a.	1.446	1.483	CAIXA	240	Jul de 2033
376947-83	Prog San Todos Ita UPR	juros 6% a.a.	1.876	1.921	CAIXA	240	Out de 2033
376945-45	Prog San Todos Co UPR	juros 6% a.a.	3.532	3.610	CAIXA	240	Abr de 2034
376927-42	Prog San Todos Ric UPR	juros 6% a.a.	3.022	3.089	CAIXA	240	Abr de 2034
426329-70	Prog San Todos Po UPR	juros 6% a.a.	17.586	17.436	CAIXA	240	Set de 2036
426317-36	Prog San Todos Tr UPR	juros 6% a.a.	24.260	23.751	CAIXA	240	Nov de 2036
426326-47	Prog San Todos Do UPR	juros 6% a.a.	62.880	63.225	CAIXA	240	Nov de 2037
505682-50	Prog San Todos An UPR	juros 6% a.a.	5.357	5.338	CAIXA	248	Fev de 2039
505687-00	Prog San Todos Ba UPR	juros 6% a.a.	3.580	3.611	CAIXA	248	Fev de 2039
505691-61	Prog San Todos Gl UPR	juros 6% a.a.	8.565	6.061	CAIXA	248	Fev de 2039
505701-88	Prog San Todos Pa UPR	juros 6% a.a.	7.587	7.053	CAIXA	248	Fev de 2039
505693-89	Prog San Todos Ja UPR	juros 6% a.a.	3.882	3.858	CAIXA	257	Nov de 2039
510884-93	Prog San Todos Sic UPR	juros 6% a.a.	14.371	14.201	CAIXA	260	Fev de 2040
505703-05	Prog San Todos Pa UPR	juros 6% a.a.	1.850	1.862	CAIXA	264	Jun de 2040
505705-24	Prog San Todos Ril UPR	juros 6% a.a.	2.552	2.569	CAIXA	264	Jun de 2040
505690-57	Prog San Todos Ch UPR	juros 6% a.a.	6.799	6.840	CAIXA	268	Out de 2040
505695-07	Prog San Todos Me UPR	juros 6% a.a.	5.613	5.415	CAIXA	268	Out de 2040
505684-78	Prog San Todos An UPR	juros 6% a.a.	3.901	3.923	CAIXA	271	Jan de 2041
505704-19	Prog San Todos Po UPR	juros 6% a.a.	8.401	8.446	CAIXA	272	Fev de 2041
505696-11	Prog San Todos Na UPR	juros 6% a.a.	6.337	4.749	CAIXA	272	Fev de 2041
505699-43	Prog San Todos No UPR	juros 6% a.a.	9.737	6.886	CAIXA	272	Fev de 2041
505679-03	Prog San Todos Aq UPR	juros 6% a.a.	5.342	4.987	CAIXA	278	Ago de 2041
505707-42	Prog San Todos Te UPR	juros 6% a.a.	3.349	3.379	CAIXA	247	Jan de 2039
478850-92	Prog San Todos Bo UPR	juros 6% a.a.	3.535	2.394	CAIXA	218	Fev de 2036
521.467-78	Prog San Todos Ba UPR	juros 6% a.a.	3.584	3.602	CAIXA	248	Jun de 2041
521.317-57	Prog San Todos Ja UPR	juros 6% a.a.	2.499	2.512	CAIXA	247	Mai de 2041
521.477-93	Prog San Todos An UPR	juros 6% a.a.	2.916	2.046	CAIXA	250	Ago de 2041
521.473-56	Prog San Todos An UPR	juros 6% a.a.	3.778	1.741	CAIXA	215	Dez de 2038
521.469-96	Prog San Todos Ar UPR	juros 6% a.a.	2.945	1.396	CAIXA	231	Abr de 2040
521.452-01	Prog San Todos Do UPR	juros 6% a.a.	2.359	2.233	CAIXA	248	Jan de 2042
521.451-98	Prog San Todos Fiç UPR	juros 6% a.a.	2.798	2.681	CAIXA	253	Nov de 2041
521.450-84	Prog San Todos Igt UPR	juros 6% a.a.	6.649	6.535	CAIXA	263	Set de 2042
521.282-48	Prog San Todos Ric UPR	juros 6% a.a.	5.598	3.121	CAIXA	231	Jan de 2040
521.279-93	Prog San Todos Ric UPR	juros 6% a.a.	3.609	2.793	CAIXA	253	Abr de 2040
521.449-43	Prog San Todos Inc UPR	juros 6% a.a.	6.299	5.608	CAIXA	206	Nov de 2039
521.448-39	Prog San Todos Ita UPR	juros 6% a.a.	4.023	3.007	CAIXA	196	Jan de 2039
521.321-16	Prog San Todos Ivi UPR	juros 6% a.a.	20.864	14.311	CAIXA	223	Set de 2041
521.281-34	Prog San Todos Ric UPR	juros 6% a.a.	7.458	6.776	CAIXA	189	Dez de 2038
521.278-89	Prog San Todos Sa UPR	juros 6% a.a.	3.214	3.183	CAIXA	240	Nov de 2042
521.312-05	Prog San Todos Ml UPR	juros 6% a.a.	7.371	6.136	CAIXA	216	Jan de 2041
521.314-23	Prog San Todos La UPR	juros 6% a.a.	2.649	2.190	CAIXA	218	Jan de 2041
521.307-31	Prog San Todos No UPR	juros 6% a.a.	5.832	5.041	CAIXA	240	Ago de 2042
521.465-50	Prog San Todos Ca UPR	juros 6% a.a.	4.717	4.648	CAIXA	240	Ago de 2043
521.283-53	Prog San Todos Pe UPR	juros 6% a.a.	7.113	5.662	CAIXA	208	Ago de 2040
521.251-70	Prog San Todos Co UPR	juros 6% a.a.	45	45	CAIXA	240	Dez de 2041
521.316-42	Prog San Todos La UPR	juros 6% a.a.	400	12	CAIXA	240	Abr de 2042
521.454-29	Prog San Todos Ca UPR	juros 6% a.a.	3.788	2.683	CAIXA	233	Out de 2043
521.466-64	Prog San Todos Br UPR	juros 6% a.a.	2.333	32	CAIXA	240	Jan de 2043
521.310-88	Prog San Todos Ni UPR	juros 6% a.a.	5.182	1.760	CAIXA	237	Jun de 2043
521.274-41	Prog San Todos Se UPR	juros 6% a.a.	2.882	519	CAIXA	240	Mar de 2043
521.313-19	Prog San Todos Mi UPR	juros 6% a.a.	1.885	13	CAIXA	240	Set de 2043
521.270-05	Prog San Todos Ca UPR	juros 6% a.a.	353	54	CAIXA	195	Dez de 2039
544.584-73	Prog San Todos No UPR	juros 6% a.a.	9.426	8.994	CAIXA	240	Mar de 2046
260901992	FCO	2,563%a.a	1.679	2.238	B.Brasil	54	Dez de 2024
	Juros incorridos a vencer		2.671	2.382			
	Total da dívida		386.105	345.165			
	Circulante		30.193	26.662			
	Não circulante		355.912	318.503			

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2023
 (Valores expressos em milhares de Reais)

16. Obrigações trabalhistas

	30/06/2023	31/12/2022
IRRF salarios	2.060	2.765
INSS	3.388	2.966
FGTS	665	954
Salários a pagar	4.666	4.923
Rescisões contratuais	23	17
Participação no resultado	-	1.766
Provisões de férias e encargos sociais	15.296	14.635
Provisões de 13º e encargos sociais	5.739	-
Outros Encargos	240	208
	<u>32.077</u>	<u>28.234</u>

17. Obrigações tributárias

	30/06/2023	31/12/2022
COFINS	2.879	3.720
PIS-PASEP	622	804
IRPJ	4.473	-
IRRF Autonomos	5	3
IRRF PJ	163	155
IRRF Pró Labore	63	-
CSLL	1.745	-
ICMS	-	52
INSS retido na fonte	1.225	1.195
ISSQN	793	813
	<u>11.968</u>	<u>6.742</u>

18. Outras contas a pagar

	30/06/2023	31/12/2022
Juros sobre capital próprio (a)	39.056	-
Retenções contratuais	140	115
Gremio	15	17
Sindagua	37	37
Pensões judiciais	56	53
Desconto judicial	2	2
PCC Retido	564	493
Pagamentos indevidos	2.780	2.619
PROC 0817025-82.2020 ECOL ENGENHARIA (b)	17.956	-
Outras contas	469	610
	<u>61.075</u>	<u>3.946</u>
Circulante	51.738	3.946
Não circulante	9.337	-

a) O Juros sobre Capital Próprio (JCP) é uma forma de remuneração aos acionistas de uma empresa. Ele consiste no pagamento de juros sobre capital investido, sendo uma forma de distribuição de lucros aos acionistas sem que isso afete o capital social da empresa.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Os JCPs a pagar aos acionistas são tratados como dividendos, debitados em lucros acumulados. Conforme determina a legislação fiscal, são calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 e registrados no resultado em despesas financeiras. Para fins de publicação das Demonstrações Financeiras, tais juros sobre o capital próprio são revertidos de despesas financeiras e apresentados a débito de lucros acumulados.

- b) O Processo nº 2.1.1.099.020 Proc. nº 0817025-82.2020 Ecol Engenharia trata-se de dívida oriunda de 4 ações judiciais em que a SANESUL foi condenada a realizar o pagamento para Ecol, Karmouche & Nantes e Kroetz e Rosa, no montante de R\$ 19.866.

A liquidação do saldo será realizada por meio de pagamento parcelado, conforme demonstrado a seguir:

1. 25 (vinte e cinco) parcelas no valor de R\$ 637 (seiscentos e trinta e sete), a primeira no dia 05 de abril de 2023 e as demais todo dia 15 a contar de 15 de maio de 2023, as parcelas serão corrigidas anualmente pelo IPCA a partir de 10 de março de 2024;
2. 6 (seis) parcelas no valor de R\$ 657 (seiscentos e cinquenta e sete), a primeira em um mês corrido, contados da data do pagamento da última parcela prevista no item 1 acima, e as demais, mensal e sucessivamente, as parcelas serão corrigidas anualmente pelo IPCA a partir de 10 de agosto 2024.

19. Contingências

A Administração da Companhia adota a política de registro de provisão para fazer frente a processos e notificações envolvendo ações de natureza fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nos pareceres jurídicos dos advogados, em montantes julgados suficientes para cobertura de prováveis perdas, assim distribuídas:

	30/06/2023	Reconhecidos no resultado	31/12/2022
Ações fiscais - (a)	77	34	43
Ações cíveis - (b)	25.172	(16.561)	41.733
Ações trabalhistas - (c)	11.599	4.725	6.874
	<u>36.848</u>	<u>(11.802)</u>	<u>48.650</u>

- a) Referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios;
- b) Outras ações cíveis referem-se a diversas ações judiciais, que surgem no curso normal dos negócios, e por opinião dos consultores jurídicos a probabilidade de perda é provável;
- c) São relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços, oriundos de responsabilidade solidária.

Processos judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em diversas ações judiciais referentes às questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas pelos advogados como possíveis de perda e não estão registradas contabilmente. O montante histórico atribuído a esses processos representa aproximadamente R\$ 66.432 em 30 de junho de 2023 (R\$ 55.365 em 2022).

20. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O Capital Social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2023, é de R\$ 816.609 (o mesmo em 2022), e está representado por 283.241.754 ações ordinárias sem valor nominal (mesma quantidade em 2022).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2023
 (Valores expressos em milhares de Reais)

b) Reserva de lucros

A reserva de lucros da Companhia é composta por:

- I) Reserva legal – constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social, em 30 de junho de 2023 é de R\$ 53.180 (o mesmo em 2022);
- II) Reserva para investimentos – destinada à aplicação em pagamentos de investimentos previstos no orçamento e/ou aumento de capital social, o montante em 30 de junho de 2023 é de R\$ 196.578 (o mesmo em 2022);
- III) Reserva de Incentivo Fiscal – constituída pela transferência de parcela do lucro do exercício, correspondente às subvenções para investimentos recebidas e reconhecidas no resultado, em atendimento à Lei 11.941 de 27 de maio de 2009, o montante em 30 de junho de 2023 é de R\$ 10.596 (o mesmo em 2022).

21. Receita operacional líquida

	30/06/2023	30/06/2022
Serviço de abastecimento de água		
Residencial	201.180	189.939
Comercial	20.512	18.562
Industrial	858	1.038
Órgãos Públicos	28.169	26.356
Residencial social	316	297
Tarifa fixa	42.077	38.731
Outras receitas dos serviços de água	16.184	16.774
Receitas a faturar	(3.090)	-
	<u>306.206</u>	<u>291.697</u>
Serviços de esgoto		
Residencial	49.742	44.691
Comercial	8.810	7.840
Industrial	83	111
Órgãos Públicos	10.946	10.141
Residencial social	73	66
Outras receitas dos serviços de esgoto	232	209
Receitas a faturar	(611)	0
	<u>69.275</u>	<u>63.058</u>
(-) Deduções da receita		
COFINS s/ faturamento	(28.818)	(5.946)
PIS-PASEP s/ faturamento	(6.256)	(27.389)
	<u>(35.074)</u>	<u>(33.335)</u>
	<u><u>340.407</u></u>	<u><u>321.420</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2023
 (Valores expressos em milhares de Reais)

Em 2021 a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – AGEMS procedeu a primeira revisão tarifária ordinária, que dentre os estudos foi proposta uma nova estrutura. A partir de janeiro de 2022 foi implementada a nova Estrutura de Tarifas da SANESUL, trazendo novas regras para a tarifa social, novas faixas de consumo para as diversas categorias culminaram com a extinção da conta mínima, que era cobrada para todos os usuários que consumiam menos de 10m³, passando a faturar pelo efetivo consumo. A nova estrutura também trouxe a figura da Tarifa Fixa, que é cobrada em todas as contas emitidas independente se houve consumo ou não.

22. Custo de operação e manutenção

	30/06/2023	30/06/2022
Pessoal	(56.170)	(53.577)
Material	(27.567)	(24.550)
Contraprestação - SPE	-	(33.372)
Serviços de terceiros	(135.458)	(79.775)
Outros	(3.850)	(3.840)
Depreciações / Amortizações	(19.014)	(16.600)
(-) Créditos PIS-PASEP/COFINS	11.021	11.624
	<u>(231.038)</u>	<u>(200.090)</u>

23. Despesas gerais e administrativas

	30/06/2023	30/06/2022
Despesas com pessoal	(37.515)	(32.289)
Despesas com materiais	(2.431)	(1.878)
Despesas com serv. De Terceiros	(23.372)	(18.686)
Despesas com comercial	-	(5.936)
Impostos e contribuições	(1.352)	(990)
Despesas com depreciações e amortizações	(4.422)	(2.264)
Provisões para perdas esperadas	3.720	(16.490)
Outras despesas	(5.334)	(5.669)
	<u>(70.706)</u>	<u>(84.202)</u>

24. Outras (despesas)/receitas operacionais, líquidas

	30/06/2023	30/06/2022
Outras receitas		
Administração de serviço coleta de lixo	2.421	1.814
Doações	370	218
Subvenções para investimentos	1.898	1.414
Vendas de ativo imobilizado	3.026	1.998
Outras	211	233
	<u>7.926</u>	<u>5.677</u>
Outras despesas		
Perdas em processos judiciais	(21.194)	(1.092)
Custo de bens baixados	(770)	(36)
Outras	(29)	(257)
	<u>(21.993)</u>	<u>(1.385)</u>
	<u>(14.067)</u>	<u>4.292</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2023
 (Valores expressos em milhares de Reais)

25. Resultado financeiro líquido

	30/06/2023	30/06/2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	7.369	7.279
Outras	2.738	3.802
	<u>10.107</u>	<u>11.081</u>
Despesas financeiras		
Caixa (juros, taxas e variações)	(13.288)	(9.293)
Outras	(465)	(173)
	<u>(13.753)</u>	<u>(9.466)</u>
	<u>(3.646)</u>	<u>1.615</u>

26. Partes relacionadas

Durante o período findo em 30 de junho de 2023, não foram identificadas transações entre partes relacionadas além da remuneração do pessoal-chave da Administração.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 30 de junho de 2023, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a direção da Companhia, totalizou R\$ 1.281 (R\$ 1.063 em 30 de junho 2022) registrados no grupo de despesas administrativas, incluindo salários, remunerações variáveis, benefícios diretos e gratificações por resultado.

27. Gerenciamento dos riscos financeiros

Esta nota representa informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos, a seguir. São adotadas políticas e processos de mensuração e de gerenciamento dos riscos.

Visão geral

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de liquidez;
- c) Risco de mercado;
- d) Risco de taxa de juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2023
 (Valores expressos em milhares de Reais)

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de clientes ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentados a seguir.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foram:

	30/06/2023	31/12/2022
Caixa e equivalente de caixa	10.102	4.939
Aplicações financeiras	106.181	116.808
Contas a receber	104.673	111.314
Depósito em Garantia	8.699	7.671
	<u>229.655</u>	<u>240.732</u>

Contas a receber e outros recebíveis

A Companhia tem atualmente, recebíveis no segmento de saneamento.

Os principais mitigadores do risco de crédito são os Contratos de Programa. A Companhia detém o controle direto dos recebíveis e o fornecimento dos serviços, além disso, existe o fornecimento de contratos com previsões de indenização em caso de reversão dos sistemas de água e esgoto do poder concedente.

Provisão para perdas de crédito esperadas

A composição da provisão para perdas de crédito esperadas em relação às contas a receber e outros recebíveis durante o exercício foi o seguinte:

	30/06/2023	31/12/2022
Títulos vencidos	118.448	110.096
Provisão para redução ao valor recuperável	1.882	8.352
	<u>120.330</u>	<u>118.448</u>

A Companhia avalia a existência, a necessidade de constituição de provisão para perda de crédito esperada, a partir de estudo realizado no histórico dos últimos três anos de faturamento e sua perda efetiva, o índice identificado é aplicado como estimativa para os 12 meses prospectivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
 Período findo em 30 de junho de 2023
 (Valores expressos em milhares de Reais)

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Fornecedores	64.868	59.934
Empréstimos e financiamentos	386.105	345.165
	<u>450.973</u>	<u>405.099</u>
Circulante	95.061	86.596
Não circulante	355.912	318.503

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

30 de junho de 2023	valor contábil	fluxo de caixa contratual	até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	38 a 60 meses	Após 61 meses
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores	64.868	64.868	64.868	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiar	386.105	386.105	30.193	28.391	26.363	25.246	25.247	250.665

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

c) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as e taxas de juros, têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

d) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações da taxa de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	30/06/2023	31/12/2022
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente de caixa	10.102	4.939
Contas a receber	104.673	111.314
Aplicações financeiras	106.181	116.808
Depósitos em garantia	8.699	7.671
	<u>229.655</u>	<u>240.732</u>
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	386.105	345.165
	<u>386.105</u>	<u>345.165</u>

A seguir, apresentam-se as análises de sensibilidade para os riscos de mercado relevantes, a que a Companhia está suscetível.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros – elevação das taxas

Instrumentos	Exposição 2023	Risco	Taxa de juros efetiva (%)	Provável (%)	Valor (R\$)	Elevação do índice em 25%	Valor (R\$)	Elevação do índice em 50%	Valor (R\$)
Passivos financeiros						(%)		(%)	
Financiamentos	<u>386.105</u>	UPR	6	6	<u>23.166</u>	7,5	<u>28.958</u>	9	<u>34.749</u>
	386.105				23.166		28.958		34.749

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2023	Risco	Taxa de juros efetiva (%)	Provável (%)	Valor (R\$)	Redução do índice em 25%	Valor (R\$)	Redução do índice em 50%	Valor (R\$)
Passivos financeiros						(%)		(%)	
Financiamentos	<u>386.105</u>	UPR	6	6	<u>23.166</u>	4,5	<u>17.375</u>	3	<u>11.583</u>
	386.105				23.166		17.375		11.583

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Valor justo x valor contábil

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação:

	Valor contábil		Valor justo	
	30/06/2023	31/12/2022	30/06/2023	31/12/2022
Ativos financeiros				
Caixa e equivalente de caixa	10.102	4.939	10.102	4.939
Aplicações financeiras	106.181	116.808	106.181	116.808
Contas a receber	104.673	111.314	104.673	111.314
Depósitos em garantia	8.699	7.671	8.699	7.671
	<u>229.655</u>	<u>240.732</u>	<u>229.655</u>	<u>240.732</u>
Passivos financeiros				
Fornecedores e outras contas a pagar	125.943	63.387	125.943	63.387
Empréstimos e financiamentos	386.105	345.165	386.105	345.165
	<u>512.048</u>	<u>408.552</u>	<u>512.048</u>	<u>408.552</u>

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado justo:

Caixa e equivalentes de caixa. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Os saldos de outros investimentos correspondem aos valores justos calculados com base nas aplicações financeiras da Companhia.

As contas a receber e fornecedores decorrentes diretamente das operações da Companhia, estão sendo contabilizados pelo seu custo amortizado, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos na data da apuração.

Os empréstimos e financiamentos estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. Para fins de divulgação, os saldos contábeis são equivalentes aos valores justos, por se tratar de captações com características exclusivas, decorrentes de fontes de financiamento específicas, não negociáveis em mercado ativo:

	30/06/2023			31/12/2022		
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	-	10.102	-	-	4.939	-
Aplicações financeiras	106.181	-	-	116.808	-	-
Contas a receber	-	104.673	-	-	111.314	-
Depósitos em garantia	8.699	-	-	7.671	-	-
	<u>114.880</u>	<u>114.775</u>	<u>-</u>	<u>124.479</u>	<u>116.253</u>	<u>-</u>
Passivos financeiros						
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	125.943	-	-	63.387
Empréstimos e financiamentos	-	-	386.105	-	-	345.165
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>512.048</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>408.552</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

28. Cobertura de seguro

A Companhia adota a política de não contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos. Há seguros contratados somente contra terceiros.

29. Aspectos ambientais

As instalações da Companhia consideram que suas atividades de saneamento básico e tratamento de esgoto sanitário estão sujeitas a regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas.

30. Resultados por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias conforme demonstrativo a seguir:

	30/06/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	12.379	87.872
Número de ações	283.241.754	283.241.754
Lucro por ação (Reais)	0,04	0,31